

BGP-BATALHAO DE GUARDA PRESIDENCIAL/MEX/DF

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	160059-BGP-BATALHAO DE GUARDA PRESIDENCIAL/MEX /DF	EVERTON ANDRADE NOBRE	27/05/2026 16:54 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64056.006551/2026-61

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais esportivos, recreativos e acessórios para atividades físicas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	637204	Colete Material: Poliéster , Modelo: Aberto Lateralmente E Preso Por Velcro , Cor: Variada , Tamanho: Sob Medida , Uso: Esportivo , Características Adicionais: Com Numeração Nas Costas. Conforme Modelo Do Órgão	22	UNIDADE	R\$37,00	R\$814,00
2	450241	Bola Futebol Material: Poliuretano , Peso Cheia: 410 A 450 G, Características Adicionais: Câmara De Butil, Miolo Removível E Lubrificado , Circunferência: 68 A 70 CM, Modelo: Futebol De Campo	8	UNIDADE	R\$259,62	R\$2.076,96
3	480258	Placar Poliesportivo Material: Pvc , Tipo: Manual , Características Adicionais: Plaquetas Em Pvc, De Mesa	2	UNIDADE	R\$223,99	R\$447,98
4	305575	Bola Basquetebol Material: Microfibra Matrizada Peso Cheia: 600 A 650 G Circunferência: 75 A 78 CM Características Adicionais: Miolo Removível Tipo Uso: Adulto	1	UNIDADE	R\$300,99	R\$300,99
5	258983	Bola Voleibol Material: Microfibra Peso Cheia: 260 A 280 G Circunferência: 65 A 67 CM Características Adicionais: Colorida	1	UNIDADE	R\$300,78	R\$300,78

		Tipo Uso: Adulto(Fivb) Pressão: 03 - 04 LB Aplicação: Volei De Praia				
6	602656	Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Cartão, Material: Pvc, Características Adicionais: 3 Cartões: Um Vermelho, Um Amarelo E Um Azul, Uso: Árbitro	2	PAR	R\$13,84	R\$27,68
7	485834	Apito Material: Plástico, Aplicação: Esporte, Tamanho: Médio, Características Adicionais: Sinalizador De Emergência De Alto Volume	5	UNIDADE	R\$10,87	R\$54,35
8	471994	Equipamento / Acessórios Desporto Tipo: Bomba, Material: Tubo De Policarbonato, Características Adicionais: Haste De Acrilato Nitrílica Butadieno Estireno, T, Uso: Bola	2	UNIDADE	R\$ 29,59	R\$59,18
					VALOR TOTAL	R\$4.081,92

1.2. Qualquer divergência entre o CATMAT e a descrição deverá ser considerada a descrição presente no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A contratação será formalizada por instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor da contratação e a natureza do objeto.

1.6. O prazo de vigência será o necessário à entrega, recebimento definitivo e pagamento do objeto, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Na contratação, deverão ser observados, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 12.305/2010 e nas orientações aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

4.2. Os bens deverão possuir qualidade, resistência, durabilidade e segurança compatíveis com o uso esportivo a que se destinam, observadas as normas técnicas aplicáveis, quando existentes.

4.3. Sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da competitividade, deverá ser priorizada a aquisição de produtos fabricados com materiais recicláveis, duráveis ou de menor impacto ambiental.

4.4. As embalagens deverão ser adequadas ao transporte e à conservação dos materiais, preferencialmente com possibilidade de reciclagem ou destinação ambientalmente adequada, quando aplicável.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Não haverá indicação obrigatória de marca ou modelo para os itens objeto da contratação, devendo os produtos ofertados atender às especificações técnicas mínimas constantes deste Termo de Referência.

4.6. A eventual menção a padrão de qualidade, característica, modelo ou referência técnica terá caráter meramente descritivo, com a finalidade de facilitar a identificação do objeto e assegurar o atendimento da necessidade administrativa, admitindo-se produto equivalente, similar ou de qualidade superior, desde que compatível com as especificações exigidas.

Da vedação de marca/produto

4.7. Não serão admitidos produtos usados, reconicionados, remanufaturados, avariados, deteriorados ou em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, devendo todos os bens ser novos, de primeiro uso, adequadamente embalados e em condições próprias de utilização.

4.8. Também não serão aceitos produtos que apresentem vícios aparentes, defeitos de fabricação, incompatibilidade com a finalidade esportiva pretendida ou qualidade inferior à exigida neste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.9. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, distribuidor ou representante autorizado, tendo em vista a natureza comum dos bens, a baixa complexidade técnica do objeto e a ampla disponibilidade dos produtos no mercado.

Subcontratação

4.10. Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, de entrega simples e direta, sem complexidade técnica que justifique a transferência parcial da execução a terceiros.

Garantia da contratação

4.11. Não será exigida garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando o baixo valor estimado, a natureza comum dos bens, a ausência de complexidade técnica e o reduzido risco de inadimplemento contratual.

4.12. Permanece aplicável a garantia legal dos produtos, nos termos da legislação vigente, especialmente quanto à substituição, reparação ou correção de bens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades após o recebimento.

Padronização e conformidade do objeto

4.13. As especificações dos bens deverão observar, sempre que possível, a padronização CATMAT, sem prejuízo da prevalência da descrição constante deste Termo de Referência em caso de divergência, a fim de assegurar o adequado atendimento da necessidade administrativa e evitar restrição indevida à competitividade.

4.14. Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações, quantidades, unidade de fornecimento, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, sujeitando-se à conferência quantitativa e qualitativa pela Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente pela contratada.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões do atraso à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para que eventual pedido de prorrogação seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado do Batalhão da Guarda Presidencial, localizado na Avenida Duque de Caxias, Setor Militar Urbano, Brasília/DF, CEP 70630-100, de segunda a quinta-feira, das 9h às 16h, e às sextas-feiras, das 9h às 11h30.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.2. Uma vez notificada, a contratada deverá reparar, substituir ou corrigir os bens que apresentarem vício, defeito ou desconformidade com as especificações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

5.2.3. Decorrido o prazo sem o atendimento da solicitação ou sem justificativa aceita pela Administração, poderão ser adotadas as medidas cabíveis para a substituição do bem ou para a aplicação das sanções previstas no Aviso de Contratação Direta, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

5.2.4. Os custos decorrentes da substituição, transporte, retirada ou reentrega dos bens defeituosos serão de responsabilidade da contratada.

5.2.5. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na contratação ou no instrumento equivalente, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de encerrada a vigência da contratação.

5.3. Obrigações da Contratante

5.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta, neste Termo de Referência e em seus anexos; verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo; comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido; acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de servidor ou setor designado; e efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento equivalente.

5.3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.4. Obrigações da Contratada

5.4.1. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Aviso de Contratação Direta, deste Termo de Referência, de seus anexos e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto, devendo:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos;
- b) apresentar, juntamente com os bens, a respectiva nota fiscal, contendo, quando aplicável, as indicações de marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

5.4.2. A contratada deverá:

- a) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos dos arts. 12 a 27 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- b) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os bens que apresentarem avarias, vícios, defeitos ou desconformidades;
- c) comunicar à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados, nos casos de ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- d) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas na contratação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 2021;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato ou instrumento equivalente, quando solicitado pela Administração;
- f) promover, quando aplicável, a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos ou embalagens gerados em razão do fornecimento.

5.4.3. Quando não for possível a verificação da regularidade da contratada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores — SICAF, a contratada deverá apresentar à fiscalização, quando solicitada, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e junto ao FGTS, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando cabível.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da contratação;

- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 7.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, para a infração descrita na alínea “d” do subitem 7.1.

7.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1.

7.2.4.3. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1.

7.2.4.4. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, para a infração descrita na alínea “c” do subitem 7.1.

7.2.4.5. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, para as infrações descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 7.1.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada administrativa ou judicialmente.

7.7. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações poderão ser enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como para aqueles cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo pela empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para a Administração; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica poderão ser estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. A Administração deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do contratado para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo órgão contratante decorrentes desta mesma contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados nos bens fornecidos, nos termos da legislação aplicável.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. o prazo de validade;

8.9.2. a data da emissão;

8.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.9.5. o valor a pagar; e

8.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação na contratação ou a celebração do ajuste com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste tópico.

8.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo, quando cabível.

8.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado cedente, a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente pela execução do objeto contratual, restando incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, na forma de dispensa eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão do valor estimado da contratação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme a necessidade da Administração e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os valores estimados pela Administração, constantes deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos autos do processo.

9.4. Não serão aceitos preços superiores aos valores unitários estimados pela Administração, salvo justificativa expressa e aceita pela autoridade competente, observada a legislação aplicável.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverão ser exigidos os documentos necessários à comprovação da regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das condições estabelecidas no aviso de contratação direta.

9.6. A comprovação da regularidade poderá ser realizada, preferencialmente, por meio de consulta ao SICAF, sem prejuízo da apresentação de documentos complementares quando necessário.

9.7. Considerando a natureza comum do objeto, o baixo valor estimado da contratação e a ausência de complexidade técnica, não será exigida qualificação técnica específica, além da compatibilidade do objeto ofertado com as especificações constantes deste Termo de Referência.

9.8. Não será exigida qualificação econômico-financeira específica, salvo a regularidade mínima aplicável, considerando o baixo vulto da contratação e a natureza comum dos bens.

9.9. O fornecedor deverá manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação exigidas, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de até R\$ 4.081,92 (quatro mil, oitenta e um reais e noventa e dois centavos), conforme os custos unitários constantes do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A dotação orçamentária específica será indicada no momento da contratação, quando da emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, devendo ser observadas as regras de publicidade e transparência aplicáveis às contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. A contratação será formalizada por instrumento equivalente ao contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no aviso de contratação direta, na proposta aceita e nos demais documentos que integram o processo.
- 12.3. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os anexos referentes às regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato e ao Termo de Ciência e Concordância, quando exigido pela Administração.

13. ANEXO I

Contratações de pequeno valor — art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e Orientação Normativa AGU nº 84, de 17 de maio de 2024.

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A contratação será formalizada por instrumento equivalente ao contrato, tal como nota de empenho, ordem de fornecimento, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. O adjudicatário terá o prazo estabelecido no aviso de contratação direta ou na convocação da Administração para aceitar o instrumento equivalente, contado a partir da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.
- 1.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.4. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:
- 1.4.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.4.2. o contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de contratação direta, no Termo de Referência, em seus anexos e nos demais documentos que instruem o processo;
- 1.4.3. permanecem aplicáveis todas as condições previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto às especificações dos materiais, prazos e locais de entrega, recebimento, liquidação, pagamento, obrigações, fiscalização, sanções administrativas e demais exigências da contratação.

2. VIGÊNCIA E EXTINÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será o necessário à entrega, recebimento definitivo e pagamento do objeto, sem prejuízo da garantia legal aplicável aos bens fornecidos.

2.2. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente previsto.

2.3. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo estabelecido por culpa do contratado, ficará ele constituído em mora, sujeitando-se às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

2.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do contratante:

3.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.3. verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta aceita;

3.1.4. notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às suas expensas;

3.1.5. acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

3.1.6. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. aplicar ao contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência, quando cabíveis;

3.1.8. emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, deste Anexo, de sua proposta e dos demais documentos integrantes da contratação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2. São obrigações do contratado:

4.2.1. entregar os bens em perfeitas condições de uso, conforme especificações, quantidades, prazos e local estabelecidos no Termo de Referência;

4.2.2. apresentar, juntamente com os bens, a respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, contendo, quando aplicável, as informações necessárias à identificação do objeto fornecido;

4.2.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis;

4.2.4. comunicar ao contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;

4.2.5. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor da contratação ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos ou informações solicitadas;

4.2.6. reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades com as especificações exigidas;

4.2.7. responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, não sendo essa responsabilidade reduzida pela fiscalização ou acompanhamento realizado pelo contratante;

4.2.8. manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação exigidas;

4.2.9. quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, apresentar, quando solicitado, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista;

4.2.10. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

- 4.2.11. não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, nem a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.2.12. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.2.13. não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.2.14. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução da contratação;
- 4.2.15. promover, quando aplicável, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos ou embalagens gerados em razão do fornecimento.

5. ALTERAÇÕES

- 5.1. Eventuais alterações reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 5.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 5.4. Registros que não caracterizem alteração da contratação poderão ser realizados por simples apostila ou registro administrativo equivalente, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

7. FORO

- 7.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução da contratação e que não puderem ser solucionados administrativamente ou por meio de conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, declara que está ciente e concorda integralmente com as disposições e obrigações previstas no **Aviso de Contratação Direta**, no **Termo de Referência**, em seus anexos e nos demais documentos que integram a **Dispensa Eletrônica nº ____/2026**, referente à aquisição de materiais esportivos, recreativos e acessórios para atividades físicas, destinados ao atendimento das necessidades do Batalhão da Guarda Presidencial.

Declara, ainda, que se responsabiliza, sob as penas da lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação, bem como pelo cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive quanto às especificações dos materiais, prazos e locais de entrega, condições de recebimento, liquidação, pagamento, fiscalização, sanções administrativas e demais exigências previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2026.

Nome e cargo do representante legal

CPF: _____

Empresa: _____

CNPJ: _____

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVERTON ANDRADE NOBRE

Integrante da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 15:42:08.

MARCELO SOUSA DE PINHO

Ordenador de Despesas do BGP



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 16:54:06.